

Instituto Politécnico de Santarém

BASES PROGRAMÁTICAS E PROGRAMA DE ACÇÃO

***Por um projecto de modernização e de qualidade, que
desenvolva competências e valorize as pessoas***

JORGE MANUEL ALVES DE FARIA

***CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA DO
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM***

NOVEMBRO DE 2009

ÍNDICE

I.	O IP Santarém e o futuro	3
II.	Uma ideia de missão para o IP Santarém.....	5
III.	Orientações estratégicas para o IP Santarém	5
IV.	Bases Programáticas e Programa de acção.....	9
1.	As pessoas que trabalham no IP Santarém	9
2.	Os estudantes	11
3.	Valorizar, diversificar e flexibilizar a oferta formativa.....	12
4.	A investigação, inovação e transferência do conhecimento.....	14
5.	A internacionalização	16
6.	A empregabilidade e a ligação institucional.....	17
7.	Qualidade como imperativo.....	19
8.	Modelo de gestão.....	20
9.	Comunicação institucional	22
10.	Um Instituto socialmente responsável	23
V.	Acordos de associação e consórcios	26
VI.	Dados curriculares.....	27
1.	Habilitações académicas.....	27
2.	Actividade dirigente no âmbito da ESGTS e do IP Santarém.....	27
3.	Actividade docente	28
4.	Outras funções no âmbito da ESGTS e do IP Santarém.....	28
5.	Actividade profissional anterior à ESGTS	29
6.	Publicações e comunicações.....	29

I. O IP SANTARÉM E O FUTURO

O Instituto Politécnico de Santarém reúne potencialidades ímpares para poder vir a constituir-se como uma instituição de referência ao nível do ensino e da investigação aplicada, no âmbito regional e nacional e, assumir-se nas suas múltiplas áreas de intervenção como um parceiro credível, comprometido e respeitado, devendo procurar ser uma das instituições que ao nível da nossa região de influência contribua de forma decisiva para a melhoria dos níveis de desenvolvimento económico, social e humano.

Apesar de ser uma instituição jovem, como todas as restantes instituições do ensino superior politécnico, o IPS em resultado do prestígio das suas escolas mais antigas e da dinâmica que todas têm vindo a evidenciar, tem conseguido manter níveis de visibilidade e de desempenho que se tem consubstanciado em índices interessantes de procura de estudantes aos mais variados ciclos de estudos e apreciáveis níveis de empregabilidade dos seus diplomados.

A publicação do Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior – RJAES - (Lei n.º 38/2007 de 16 de Agosto) e a criação da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior que assumirá a responsabilidade pelos procedimentos de garantia da qualidade no ensino superior, nomeadamente no que respeita à avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como o novo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior – RJIES - (Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro), introduziram alterações profundas no modo de desenvolvimento, organização, funcionamento e avaliação destas instituições. Além disso, criaram as condições legislativas, para que estas se possam adequar e responder com eficácia à nova realidade do ensino superior, nomeadamente em resultado da

adesão ao processo de Bolonha e da inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior.

Este processo de alteração legislativa ficou completo com a recente publicação da alteração ao Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (Decreto-Lei n.º 207/2009 de 31 de Agosto) e a regulamentação do título de especialista (Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de Agosto) que dotaram as instituições de Ensino Superior de maiores níveis de autonomia relativamente à gestão do seu pessoal docente e criaram condições para a diminuição significativa do nível de precariedade dos docentes do ensino superior politécnico.

Neste quadro, o ensino superior em geral e o politécnico em particular, conhece hoje novas orientações e regimes enquadradores que delimitam a nossa área de intervenção, que independentemente das restrições impostas ao subsistema politécnico, nomeadamente no que respeita à limitação de não atribuição do grau de Doutor e de Agregado, encerra um conjunto de desafios e de potencialidades no sentido da modernização do nosso Instituto.

Nos anos recentes assistiu-se a uma clara inversão na relação entre a procura e a oferta no que respeita ao acesso ao ensino superior. Com efeito a existência de um maior número de candidatos do que vagas tem vindo a alterar-se, existindo já, em muitas áreas de formação, mais vagas do que candidatos, facto que na prática, possibilita a estes últimos, escolherem sem constrangimentos as instituições e os cursos onde pretendem ingressar.

No caso particular do ensino politécnico, a valorização social das nossas formações constitui um desafio que deve ser sustentado na qualidade dos docentes, especialização e profissionalização dos nossos cursos e por elevados níveis de empregabilidade dos nossos diplomados.

A consolidação do “Processo de Bolonha”, o movimento de internacionalização crescente no ensino superior, o aumento da mobilidade de estudantes e docentes, a flexibilização no acesso aos cidadãos em idade adulta, a implementação de diversas formas de “ensino ao longo da vida”, conferente e

não conferente de grau, constituem oportunidades únicas e irrepetíveis, não só de sobrevivência, como de afirmação e de consolidação institucional.

Estes são pois desafios que o Instituto tem de saber procurar enfrentar de forma integrada no sentido de que a excelência das suas formações, assente num corpo docente de qualidade, no elevado profissionalismo do seu pessoal não docente e nas suas múltiplas estruturas, seja amplamente percebido pelos potenciais estudantes e outros interessados na nossa actividade.

II. UMA IDEIA DE MISSÃO PARA O IP SANTARÉM

Um projecto assente em torno de uma ideia de missão para um IPS capaz de - *gerar, difundir e aplicar conhecimento, numa ampla diversidade de perfis de qualificação, promovendo a educação superior assente na liberdade de pensamento e de exercício crítico e, contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade, a inovação e a solidariedade como factores de desenvolvimento sustentável e de compromisso com a sociedade.*

Esta ideia deve ser sustentada em valores *de partilha e de solidariedade, de diálogo e participação na vida das comunidades, de diversidade, de liberdade intelectual e de criatividade, de equidade e de atitude ética assente num espírito crítico e numa procura constante da excelência.*

III. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O IP SANTARÉM

Estes desígnios exigem uma convergência de comportamentos, atitudes e dinâmicas em torno das seguintes orientações estratégicas:

- i. Redefinição dos sistemas pedagógicos, dando mais atenção às aprendizagens, à empregabilidade e à formação ao longo da vida.

- ii. Promoção da investigação e desenvolvimento em estreita ligação com o ensino, em particular através do reforço dos programas de pós-graduação.
- iii. Promoção da inovação e do empreendedorismo, designadamente com base numa maior colaboração com as empresas e comunidade.
- iv. Adopção de estratégias institucionais de mobilidade e de internacionalização.
- v. Diversificação das fontes de financiamento, no quadro de uma gestão com autonomia e flexibilidade.

A concretização destas orientações estratégicas, apenas será possível com o apoio e envolvimento activo de todos os membros que constituem a nossa comunidade académica e, com adopção de medidas que dêem maior consistência e eficácia às nossas decisões colectivas. Devemos caminhar no sentido de uma maior coesão interna, o que exige um reforço da integração e dos processos de coordenação, com a clara consciência de que as unidades orgânicas do Instituto, em especial as suas escolas, constituem estruturas privilegiadas na prossecução dos objectivos que nos propomos.

Devemos ter igualmente presente a necessidade de alcançar uma maior projecção pública, num quadro de uma maior abertura à sociedade, como factor essencial da modernização e afirmação institucional do nosso Instituto.

i. Redefinição dos sistemas pedagógicos, dando mais atenção às aprendizagens, à empregabilidade e à formação ao longo da vida

Promover o desenvolvimento de novas aprendizagens, centradas na associação de competências e conhecimentos transversais, num quadro de concretização do processo de Bolonha e da empregabilidade dos nossos diplomados.

Promover a atractividade dos nossos cursos, a todos os níveis, através do reforço da qualidade, adequação e diversificação da nossa oferta formativa tendo como referência a maior diversidade de públicos alvo.

Garantir a qualidade das ofertas formativas, por forma, a podermos ser um referencial do ensino superior, dentro das nossas áreas de intervenção.

ii. *Promoção da investigação e desenvolvimento em estreita ligação com o ensino, em particular através do reforço dos programas de pós-graduação.*

Promover a investigação científica e inovação tecnológica como forma de afirmar o Instituto, de diferenciar os projectos de ensino e de ancorar uma cooperação efectiva com as empresas e com a sociedade em geral.

Promover a difusão do conhecimento científico e tecnológico, mediante a publicação dos resultados de investigação e da divulgação científica e, da realização de eventos científicos, de acções de formação de nível avançado e de acções de apoio à investigação e inovação.

Promover uma cultura de proximidade com vista ao desenvolvimento de projectos de investigação e de formação, reconhecidos e apoiados pelos vários agentes económicos e pela sociedade em geral.

iii. *Promoção da inovação e do empreendedorismo, designadamente com base numa maior colaboração com as empresas e comunidade*

Aumentar a nossa participação em parcerias activas para o desenvolvimento, procurando incentivar o desenvolvimento de uma postura activa de prestação de serviços à comunidade.

Promover activamente a participação do Instituto em projectos de relevância regional e nacional.

Promover o desenvolvimento de parcerias estratégicas com as instituições de relevância da nossa área de influência e/ou das nossas áreas de intervenção.

iv. Adopção de estratégias institucionais de mobilidade e de internacionalização

Promover e incentivar a mobilidade de estudantes, docentes e não-docentes, no quadro de mobilidade existente. Procurar contribuir para o estabelecimento de modelos institucionais de mobilidade entre Instituições de Ensino Superior de Portugal.

Promover a cooperação com instituições nacionais e internacionais congêneres, visando o desenvolvimento de projectos e de ofertas formativas conjuntas, particularmente as conferentes de grau.

Promover o desenvolvimento e sustentar parcerias com os Países de Língua Oficial Portuguesa e da Europa no quadro da extensão da oferta formativa.

vi. Diversificação das fontes de financiamento, no quadro de uma gestão com autonomia e flexibilidade.

Enquadrar o envolvimento de docentes em actividades de investigação e desenvolvimento, de prestação de serviços ao exterior e de extensão formativa, procurando valorizar e institucionalizar a importância de cada uma destas vertentes no desenvolvimento da carreira;

Procurar desenvolver uma abordagem e gestão estratégicas que permita o desenvolvimento de competências próprias e distintivas.

Procurar evidenciar a importância central das pessoas e em especial dos dirigentes na prossecução da missão do Instituto.

IV. BASES PROGRAMÁTICAS E PROGRAMA DE ACÇÃO

Estas orientações estratégicas desdobram-se num conjunto de bases programáticas, que sem esgotarem as nossas obrigações, balizam e elucidam os compromissos fundamentais que pretendemos assumir para o Instituto, para os próximos 4 anos.

1. As pessoas que trabalham no IP Santarém

As pessoas constituem o núcleo central de qualquer organização, porventura o elemento diferenciador dos seus desempenhos, pelo que uma das bases programáticas da gestão que nos propomos implementar, assumirá claramente a centralidade das pessoas em todo o processo de produção e de apropriação do conhecimento, mediante uma cultura organizacional que promova práticas exigentes e rigorosas nas dimensões da investigação, ensino e da relação com a sociedade.

Algumas das acções que nos propomos levar a cabo:

- i. Criar condições orçamentais e desenvolver instrumentos de incentivo e apoio à qualificação do corpo docente, ao nível da obtenção do grau de Doutor de forma a aumentar substancialmente o número de docentes doutorados;
- ii. Potenciar as oportunidades surgidas com a publicação do novo Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico (ECDESP), no sentido de reduzir a precariedade dos vínculos do corpo docente, criando condições orçamentais e definindo regras claras, para que possam ser abertos com a máxima prioridade os concursos, especialmente, os que permitem o acesso à carreira;

- iii. Procurar implementar igualmente os concursos para a recentemente criada categoria de Professor Coordenador Principal e para a atribuição do título de especialista, e proporcionar condições para o desenvolvimento das respectivas competências;
- iv. Apoiar o desenvolvimento de capacidades de investigação e de transmissão de conhecimentos. Procurar criar condições e incentivar de forma gradual a realização de pós-doutoramentos e a obtenção do título de agregado;
- v. Incentivar e procurar enquadrar o envolvimento de docentes em actividades de Investigação e Desenvolvimento e de prestação de serviços ao exterior, procurando valorizar e institucionalizar a importância de cada uma destas vertentes no desenvolvimento da carreira;
- vi. Promover a melhoria do desempenho das pessoas, dando continuidade e/ou implementando os processos de avaliação, procurando retirar as respectivas consequências no plano profissional, na qualidade dos processos e na melhoria contínua dos serviços;
- vii. Promover a mobilidade internacional de docentes e não-docentes, fomentando a troca de experiências e uma visão mais global da área de intervenção ou serviços em que estamos inseridos;
- viii. Promover a realização de acções de formação contínua, especialmente, dirigidas à obtenção de competências pedagógicas, comportamentais, linguísticas e específicas;
- ix. Promover a formação especializada dos funcionários não-docentes afectos aos diversos serviços de apoio do Instituto;
- x. Apoiar a qualificação em geral, procurando interiorizar no IP Santarém o conceito de aprendizagem ao longo da vida dirigido a todos quantos trabalham no Instituto;
- xi. Procurar desenvolver o enriquecimento das tarefas, quer ao nível horizontal, quer ao nível vertical, promovendo uma gestão integrada de docentes e não-docentes;

- xii. Promover a cooperação e comunicação entre as várias escolas, unidades e serviços do IP Santarém.

2. Os estudantes

A missão de uma instituição do ensino superior tem nos estudantes o elemento crucial da sua actividade, constituindo mesmo a formação, as competências obtidas e o desempenho evidenciado pelos seus estudantes no mercado de trabalho, a maior garantia de sucesso da nossa actividade.

Algumas das acções que nos propomos levar a cabo:

- i. Procurar flexibilizar as ofertas formativas, através da possibilidade da frequência de unidades curriculares que facilitem a obtenção de competências transversais, nomeadamente comportamentais, linguísticas, de cidadania, de qualidade de vida e de espírito empreendedor;
- ii. Promover a igualdade de oportunidades, procurando respostas sociais mais céleres e com maior flexibilidade nas suas respostas;
- iii. Procurar desenvolver em parceria com os potenciais empregadores bolsas de empregos a tempo parcial e/ou temporários dirigidos aos nossos estudantes com maior dificuldade;
- iv. Procurar consolidar as políticas de apoio social, agilizando o acesso e utilização dos equipamentos existentes, criando e desenvolvendo novas valências que se revelem necessárias. Alargar aos estudantes em regime pós-laboral a possibilidade efectiva de usufruírem dos equipamentos e dos apoios existentes;
- v. Criar um serviço permanente de apoio psicológico e aconselhamento dirigido aos estudantes;
- vi. Promover a melhoria dos espaços de estudo, especialmente no que respeita aos estudantes em regime pós-laboral e ampliar o acesso às novas tecnologias e comunicações (*campus virtual, e-learning, plataforma moodle, second life, etc.*);

- vii. Procurar melhorar e agilizar as condições relativas ao acesso à alimentação e ao alojamento;
- viii. Promover significativamente a mobilidade de estudantes no espaço europeu, de forma a duplicar o número de estudantes que realizam parte dos seus percursos formativos noutra IES, ou que em sentido contrário nos procuram;
- ix. Promover a incremento da oferta de unidades curriculares em língua inglesa;
- x. Fomentar aprendizagem de línguas estrangeiras, especialmente o Inglês e o Castelhana;
- xi. Fomentar o espírito associativo e da ligação entre as diferentes escolas, através do apoio à criação de uma Federação Académica dos estudantes do IP Santarém;
- xii. Apoiar a dinamização de uma associação de antigos alunos do IP Santarém, integrando as existentes ao nível de cada escola;
- xiii. Fomentar o aparecimento de iniciativas associativas, de natureza vária, transversais às várias escolas, como a criação de uma tuna do IP Santarém ou/e equipas desportivas que integrem estudantes das várias escolas;
- xiv. Apoiar a inserção, a transição para a vida activa, quer através da dinamização de estágios profissionais junto de entidades empregadoras, quer através do apoio de iniciativas de divulgação dos nossos diplomados junto do mercado de trabalho;
- xv. Apoiar e fomentar o espírito empreendedor dos nossos estudantes, promovendo iniciativas facilitadoras ao desenvolvimento de iniciativas empresariais próprias;
- xvi. Apoiar a actividade do provedor do estudante nos termos estatutários.

3. Valorizar, diversificar e flexibilizar a oferta formativa

A qualidade e adequação e visibilidade da nossa oferta formativa constituem aspectos cruciais para o aumento da empregabilidade, para a melhoria do

bem-estar social e para o desenvolvimento regional e nacional. Uma oferta formativa de qualidade, adequada e com visibilidade, contribui decisivamente para a atracção de novos estudantes e para a valorização e reconhecimento do Instituto

Algumas das acções que nos propomos levar a cabo:

- i. Procurar desenvolver mecanismos de monitorização das actividades desenvolvidas e do grau de concretização do Processo de Bolonha, numa lógica de procura constante da qualidade e da excelência das formações;
- ii. Procurar criar percursos de formação flexíveis, associados às diferentes especificidades dos vários públicos alvo;
- iii. *Procurar flexibilizar as ofertas formativas, através da possibilidade da frequência de unidades curriculares que facilitem a obtenção de competências transversais, nomeadamente comportamentais, linguísticas, de cidadania, de qualidade de vida e de espírito empreendedor;*
- iv. Promover uma atitude de avaliação constante da oferta formativa, no sentido de promover as alterações que se mostrem necessárias à adequação da oferta às necessidades dos nossos *stakeholders*;
- v. Consolidar e alargar a oferta formativa ao nível dos segundos ciclos, sustentada nas necessidades do mercado e assente na produção de conhecimento, proveniente da pesquisa e investigação;
- vi. Desenvolver uma política integrada e dinâmica de pós-graduações ou de cursos de especialização, assente na produção de conhecimento, proveniente da pesquisa e investigação e, numa lógica de forte interacção com a sociedade e de aprendizagem ao longo da vida;
- vii. Estruturar e dinamizar as formações tecnológicas no âmbito dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET), numa lógica de responder com sucesso às crescentes necessidades do tecido socioeconómico em termos de quadros intermédios, capazes de assumir condutas pró-activas, relativamente aos desafios de um mercado de trabalho em rápida mutação e acelerado desenvolvimento científico e tecnológico;

- viii. Desenvolver e sustentar ofertas formativas assentes em plataformas de ensino à distância, através da criação de um centro de ensino à distância a partilhar por todas as estruturas que dele necessitem;
- ix. Incentivar o desenvolvimento conjunto de projectos e de ofertas formativas entre as escolas do Instituto;
- x. Promover a cooperação com instituições nacionais e internacionais congéneres, visando o desenvolvimento de projectos e de ofertas formativas conjuntas, particularmente as conferentes de grau;
- xi. Desenvolver ofertas formativas dirigidas a activos e a públicos alvo específicos sobretudo em novas áreas do conhecimento;
- xii. Incentivar a realização de cursos de verão, assente numa estratégia de captação de alunos de pós-graduação e de internacionalização;
- xiii. Procurar desenvolver e sustentar parcerias com os Países de Língua Oficial Portuguesa e da Europa, no quadro da extensão da oferta formativa;
- xiv. Promover o reconhecimento e validação das competências adquiridas pelos nossos estudantes e a acreditação junto das ordens, câmaras e outras associações de natureza profissional e/ou científicas nacionais ou internacionais;
- xv. Promover a certificação dos cursos não conferentes de grau;
- xvi. Promover a auto-avaliação e os mecanismos de melhoria contínua, a fim de garantir a acreditação dos cursos conferentes de grau pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior;
- xvii. Promover as práticas de auto-avaliação com o objectivo de procurar implementar a avaliação externa, nomeadamente pela *European University Association* (EUA).

4. A investigação, inovação e transferência do conhecimento

A investigação científica e inovação tecnológica, a propriedade intelectual e a transferência de tecnologia são matérias que devem merecer grande

desenvolvimento no IP Santarém uma vez que permitirão sustentar um ensino de excelência e uma imagem institucional diferenciada.

A Unidade de Investigação enquanto entidade que permite o encontro de reflexão científica, facilitando a aproximação de grupos que desenvolvam trabalho em áreas transversais e de fronteira, poderá constituir um importante promotor desta área de intervenção do Instituto.

Algumas das acções que nos propomos levar a cabo:

- i. Procurar incentivar o desenvolvimento de linhas de investigação transversais às áreas do conhecimento do Instituto que possam ser alvo de reconhecimento externo;
- ii. Incentivar o desenvolvimento de núcleos de investigação em torno das linhas de investigação a desenvolver;
- iii. Promover a partilha de recursos entre Escolas e o estabelecimento de sinergias internas e externas;
- iv. Realizar uma ampla reflexão acerca das áreas científicas prioritárias do Instituto, enquanto centro de produção do conhecimento;
- v. Apoiar e incentivar o desenvolvimento e/ou a participação de projectos de investigação, nomeadamente através de uma postura activa junto das entidades financiadoras das actividades de I&D;
- vi. Criar condições para que a curto prazo, o Instituto apresente a proposta de constituição de um centro de investigação reconhecido pelas entidades competentes nesta matéria, dedicado à área das *tecnologias de informação e comunicação*, procurando a participação transversal dos investigadores de todas as Escolas;
- vii. Promover a participação dos docentes em centros de investigação reconhecidos;
- viii. Estimular a participação dos núcleos de investigação a desenvolver em redes de projectos nacionais e internacionais através da identificação e monitorização contínuas das oportunidades e das competências;
- ix. Garantir a aproximação das investigações aplicadas ao tecido empresarial através da procura constante da realização de parcerias

- conjuntas e da participação em centros de transferência e aplicação de conhecimentos;
- x. Promover e dar visibilidade às várias iniciativas de investigação, nomeadamente, através da criação de meios e oportunidades da sua divulgação;
 - xi. Potenciar a produção científica em todas as suas vertentes, nomeadamente, através de patentes, licenciamentos, publicações e do incentivo à realização e participação em eventos científicos;
 - xii. Promover parcerias com vista à publicação sistemática de teses de doutoramento e de outros produtos da investigação desenvolvida;
 - xiii. Fomentar iniciativas empreendedoras, procurando desenvolver parcerias que facilitem o acesso e desenvolvimento de iniciativas empresariais.

5. A internacionalização

A cooperação internacional e a mobilidade de estudantes, docentes e não-docentes, constituem imperativos que suportam os modelos actuais de aprendizagem e de desenvolvimento de competências, que facilitam a integração e empregabilidade dos nossos diplomados.

Algumas das acções que nos propomos levar a cabo:

- i. Promover a mobilidade internacional de docentes e não-docentes, fomentando a troca de experiências e uma visão mais global da área de intervenção ou serviços em que estamos inseridos;*
- ii. Promover significativamente a mobilidade de estudantes no espaço europeu, de forma a duplicar o número de estudantes que realizam parte dos seus percursos formativos noutra IES, ou que em sentido contrário nos procuram;*
- iii. Promover o incremento da oferta de unidades curriculares em língua inglesa;*
- iv. Fomentar aprendizagem de línguas estrangeiras, especialmente o Inglês e o Castelhana;*

- v. Incentivar a realização de cursos de Verão, assente numa estratégia de captação de alunos de pós-graduação e de internacionalização;
- vi. Procurar desenvolver e sustentar parcerias com os Países de Língua Oficial Portuguesa e da Europa, no quadro da extensão da oferta formativa;
- vii. Potenciar as relações internacionais para atrair e criar projectos internacionais;
- viii. Desenvolver e sustentar ofertas formativas assentes em plataformas de ensino à distância através da criação de um centro de ensino à distância com especial enfoque no desenvolvimento de parcerias com instituições europeias e de língua oficial portuguesa.

6. A empregabilidade e a ligação institucional

O sistema binário, que caracteriza a organização do ensino superior em Portugal, assenta no princípio de que o ensino politécnico se concentre especialmente em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente.

O desenvolvimento de formações, orientadas para o exercício de uma profissão de elevada qualificação, em ligação estreita com as empresas e outras instituições da região em que estamos inseridos, permitirá sustentar a empregabilidade dos nossos diplomados.

Algumas das acções que nos propomos levar a cabo:

- i. Procurar desenvolver políticas activas de abertura à sociedade em geral que permitam uma efectiva interacção consubstanciada no desenvolvimento de projectos em parceria e na diversificação de fontes de financiamento;
- ii. Procurar desenvolver a participação activa no domínio da incubação de empresas e do empreendedorismo, procurando apoiar as iniciativas empresariais dos estudantes, especialmente de pós-graduação;
- iii. Estimular as lógicas de prestação de serviços à sociedade;

- iv. Criação de um gabinete de apoio ao emprego e ao empreendedorismo em clara ligação com as empresas e instituições da nossa região;
- v. Criação de um observatório do emprego dos nossos diplomados que promova estudos sobre as necessidades de qualificação da região. Esta unidade terá como objectivo promover o emprego e fornecer orientações para a implementação aos mais diversos níveis de novos cursos e reformulação dos já existentes;
- vi. Estimular o desenvolvimento de estudos de mercado relativamente à procura e oferta relacionada com as áreas de intervenção do Instituto;
- vii. Promover o desenvolvimento dos estágios profissionais e acompanhar a integração profissional dos licenciados;
- viii. Reforçar a ligação institucional com as câmaras municipais, particularmente do distrito e demais instituições político-administrativas, no sentido de poderem ser criadas em conjunto oportunidades de melhoria de integração dos estudantes;
- ix. Prestar contas à sociedade através de uma política de transparência e de divulgação pública, através, de iniciativas várias, nomeadamente promovendo a publicação no *site* do IP Santarém das decisões relevantes dos vários órgãos de governo;
- x. Promover e valorizar o papel activo de todos os docentes ou outros funcionários que desenvolvam iniciativas meritórias consentâneas com este objectivo;
- xi. Dinamizar o CINOD, enquanto estrutura facilitadora do desenvolvimento de projectos em parceria e de sustentação de práticas de prestação de serviços às entidades externas;
- xii. Dar visibilidade pública às nossas parcerias, nomeadamente às que têm como objectivos a realização de estágios;
- xiii. Cooperar em programas de desenvolvimento regional e internacional.

7. Qualidade como imperativo

O grau de cumprimento da missão do Instituto deve claramente ser associado à qualidade do seu desempenho, pelo que entendemos a qualidade como imperativo, que deverá ser incorporada a todos os níveis do funcionamento organizacional.

A auto-avaliação e a promoção da qualidade constituem-se como mecanismos de controlo interno e de melhoria contínua, permitindo identificar os pontos fortes e fracos da organização e dos cursos, e projectar os serviços do Instituto e a organização como concorrentes nacionais e internacionais dos demais intervenientes na área.

Identificados os processos chave e os respectivos indicadores e, estabelecidas metodologias validadas e objectivas, os procedimentos relacionados com a qualidade jamais deverão ser considerados como meros normativos a cumprir, mas sim, constituir-se como importantes ferramentas de análise e reflexão.

Algumas das acções que nos propomos levar a cabo:

- i. Procurar adequar as qualificações ao objecto e à missão do Instituto.
- ii. Definir e concretizar estratégias de garantia da qualidade do ensino.
- iii. Criar condições para o desenvolvimento da actuação das várias estruturas associadas à avaliação e qualidade;
- iv. Criar condições para o desenvolvimento da actuação dos diversos órgãos e unidades do Instituto;
- v. Monitorizar a qualidade de serviço docente;
- vi. Promover a avaliação e reconhecimento da nossa actividade formativa, de investigação e tecnológica;
- vii. *Promoção da avaliação da qualidade e a garantia de acreditação pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior;*
- viii. *Promover as práticas de auto-avaliação com o objectivo de procurar implementar a avaliação externa, nomeadamente pela European University Association (EUA);*

- ix. Promover a formação especializada dos principais intervenientes na área;
- x. Contribuir para a promoção da marca “politénico”;
- xi. Garantir a qualidade das áreas e serviços de bar e cantina, bem como das residências de estudantes, em conformidade com a legislação própria;
- xii. Promover uma cultura institucional de garantia da qualidade.

8. Modelo de gestão

Procurar desenvolver uma abordagem e gestão estratégicas que, tomando em consideração o quadro específico e as características ambientais em que nos inserimos, permita o desenvolvimento de capacidades organizativas próprias e distintivas, de modo a podermos responder com eficácia à crescente complexidade do ambiente em que nos inserimos.

O reforço estratégico deve ocorrer aos vários níveis organizacionais e evidenciar a importância central dos dirigentes na prossecução da nossa missão.

O modelo de gestão a implementar procurará acomodar um quadro constituído por dois vice-presidentes com competências delegadas em áreas específicas, bem como a nomeação de pró-presidentes para o desenvolvimento e implementação de projectos e actividades específicas, bem como o envolvimento activo dos directores das escolas ao nível do conselho de gestão do Instituto.

Algumas das acções que nos propomos levar a cabo:

- i. Procurar introduzir os conceitos de gestão estratégica e por objectivos nas várias actividades e projectos;
- ii. Envolver os directores das escolas de forma efectiva na gestão do Instituto. Cooperar e apoiar os directores das escolas na resolução dos problemas da respectiva unidade orgânica;

- iii. Necessidade de alterar o modelo de gestão no que respeita à organização dos serviços e à relação entre os serviços da presidência e das várias escolas e restantes unidades;
- iv. Criação de uma imagem homogénea incluindo os símbolos do Instituto e das suas unidades orgânicas;
- v. Com base nessa imagem, criação de um portal académico integrado, cartão único de estudante e de funcionário, aplicações informáticas comuns, etc.;
- vi. Procurar definir e estabilizar um modelo de distribuição do orçamento entre as diversas unidades orgânicas, assente em critérios objectivos claros e transversais, evitando assim incertezas e permanentes flutuações;
- vii. Garantir orçamentos realistas a cada unidade orgânica no quadro da execução das autonomias de gestão existentes e de uma efectiva responsabilização pelo seu cumprimento;
- viii. Procurar incentivar e apoiar a procura de receitas próprias, tendo como meta que estas possam vir a atingir pelo menos 40% do total das receitas;
- ix. Proceder a uma auditoria de procedimentos, com vista à redefinição do sistema de informação académico e de gestão e à introdução da contabilidade de custos;
- x. Desmaterialização de processos como forma de assegurar serviços mais rápidos e eficazes, promovendo e reforçando a utilização das novas tecnologias;
- xi. Melhoria da eficácia dos serviços, nomeadamente com respostas rápidas às solicitações apresentadas por pessoas ou instituições, internas ou externas;
- xii. Desenvolver e disponibilizar procedimentos e soluções, destinados a racionalizar e agilizar as práticas administrativas, ao nível dos procedimentos orçamentais, contratação pública e da gestão dos recursos humanos;

- xiii. Dar cumprimento à legislação em vigor, no que respeita aos procedimentos de registo patrimonial, contabilístico, fiscalização e outros;
- xiv. Procurar definir objectivos e monitorar indicadores de desempenho ao nível das escolas e restantes unidades;
- xv. Promover uma cultura de divulgação sistemática das boas práticas;
- xvi. Criar em ligação com o *Centre Europe Direct*, um gabinete de acompanhamento e facilitador do desenvolvimento de candidaturas e projectos a financiamentos europeus.

9. Comunicação institucional

A definição de uma estratégia de comunicação institucional clara, valorizando a comunicação interna e a promoção de canais eficazes de comunicação com o exterior que permita melhorar a visibilidade e a imagem pública do nosso Instituto.

Algumas das acções que nos propomos levar a cabo:

- i. Contratação de serviços profissionais de design e comunicação para o desenvolvimento da simbologia própria, do Instituto e das suas unidades orgânicas;
- ii. Promover uma imagem institucional tendo em atenção o interesse dos vários públicos alvo e das várias unidades do Instituto;
- iii. Procurar sustentar a cultura através do desenvolvimento de simbologia própria, do Instituto e das suas unidades orgânicas, valorizando e enquadrando com maior importância institucional actos académicos como os da abertura do ano lectivo, dia do instituto, etc.;
- iv. Estabelecer orientações claras e promover uma intervenção activa do gabinete de comunicação na definição dos instrumentos de comunicação interna e externa;

- v. Estabelecer orientações claras e promover uma intervenção activa do serviço de informática na sua contribuição para a comunicação interna e externa;
- vi. Promover iniciativas que valorizem e dêem visibilidade ao Instituto, procurando aumentar a sua notoriedade e difundir os seus valores na sociedade;
- vii. Promover iniciativas de *merchandising* como forma de dar visibilidade ao Instituto e às suas escolas;
- viii. Promover a cooperação e comunicação entre as várias escolas, unidades e serviços do IPS;
- ix. Promover a implementação de uma rede interna de informação, como forma de promover o conhecimento e a ligação entre as diferentes unidades orgânicas;
- x. Dar visibilidade pública às nossas parcerias, nomeadamente, às que têm como objectivos a realização de estágios;
- xi. Promover a publicação sistemática de teses de doutoramento e de outros produtos da investigação desenvolvida em parceria com editoras reconhecidas;
- xii. Procurar estabelecer canais permanentes com os meios de informação que permitam divulgar as iniciativas, trabalhos e sucessos do Instituto e das suas escolas.

10. Um Instituto socialmente responsável

Promover uma política activa de responsabilidade social e de sustentabilidade, constitui um desafio que procuraremos levar a cabo, através da adopção de políticas que permitam uma melhoria da qualidade de vida no trabalho, a definição de códigos de conduta, a divulgação junto da sociedade dos resultados obtidos, quer de natureza económica, social e ambientais e, desenvolvimento de uma atitude e postura ética perante os problemas e a sociedade.

A responsabilidade social das organizações, tal como é defendida pela Comissão Europeia é, essencialmente, um conceito segundo o qual as organizações decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo (COM, 2001: 4)¹. Ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais – implica ir mais além através de um “maior” investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais (COM, 2001:7).

Algumas das acções que nos propomos levar a cabo:

- i. Promover as iniciativas, dentro do rigoroso cumprimento da legislação em vigor, para que no mais curto espaço de tempo, possamos reduzir a precariedade dos vínculos laborais e para estabilizar os mapas de emprego do Instituto;
- ii. Promover uma política clara de igualdade de oportunidades, promovendo a transparência em todos os processos administrativos e a possibilidade de todos os colaboradores poderem dispor de iguais oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional;
- iii. Procurar apoiar e enquadrar as iniciativas dos estudantes e de quaisquer outros membros da comunidade académica nas áreas da cultura e na promoção de actividades físicas e de lazer;
- iv. Procurar que as várias instalações existentes nos campus do Instituto possam acolher manifestações culturais, artísticas e desportivas em permanência;
- v. Desenvolver políticas sustentadas na área da poupança energética e no recurso a fontes alternativas de energia;
- vi. Desenvolver e dar visibilidade a iniciativas de carácter desportivo, cultural e cívico que envolvam para além nossa comunidade académica, as comunidades em que estamos inseridos;

¹ COM - Comissão das Comunidades Europeias (2001), *Livro Verde: Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas*. COM (2001) 366. Bruxelas: Comissão Europeia. (http://europa.eu.int/eur-lex/pt/com/gpr/2001/com2001_0366pt01.pdf, 25-05-2004).

- vii. Procurar desenvolver em parceria e apoiar actividades nos domínios do saber, da cultura e das artes;
- viii. Procurar desenvolver a todos os níveis uma cultura ética e socialmente responsável, envolvendo activamente os estudantes através das suas estruturas representativas;
- ix. Dinamizar e rentabilizar as instalações desportivas;
- x. Modernizar as residências de estudantes de Santarém;
- xi. Apoiar activamente o processo de construção das instalações definitivas da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, bem como da cantina e da residência de estudantes;
- xii. Procurar responder às necessidades de manutenção das instalações e equipamentos da ESAS;
- xiii. Lançar as bases de um futuro museu das ciências agrárias, afectando instalações não activas da ESAS, valorizando o nosso passado e o património comum;
- xiv. Apoiar a consolidação do processo das instalações da ESSS;
- xv. Modernizar as infra-estruturas da ESES e ESGTS;
- xvi. Reabilitar os espaços exteriores incluindo áreas ajardinadas, de convívio social e de estacionamento;

V. ACORDOS DE ASSOCIAÇÃO E CONSÓRCIOS

Na prossecução do desenvolvimento estratégico do Instituto, procuraremos incentivar e desenvolver acordos de associação e/ou de cooperação no sentido de facilitar a mobilidade de estudantes e de docentes e, que permitam potenciar o desenvolvimento de parcerias e projectos comuns, incluindo programas de graus conjuntos nos termos da lei ou de partilha de recursos ou equipamentos, seja com base em critérios de agregação territorial seja com base em critérios de agregação sectorial.

O Instituto procurará igualmente, para efeitos de coordenação da oferta formativa e dos seus recursos humanos e materiais, estabelecer consórcios, nos termos que vierem a ser regulamentados, com outras instituições públicas do ensino superior e com instituições públicas ou privadas de investigação e desenvolvimento na medida em que permitam potenciar a prossecução da nossa missão.

O desenvolvimento deste tipo de cooperação ou o desenvolvimento de outras formas específicas de articulação da nossa actividade, sobretudo a nível regional, constituirão intervenções a que procuraremos dar grande atenção e prioridade, sem prejuízo da manutenção da nossa identidade e manutenção da autonomia institucional.

Procuraremos igualmente dar especial atenção ao desenvolvimento de novas áreas e/ou pólos de ensino e de intervenção.

VI. DADOS CURRICULARES

Jorge Manuel Alves de Faria

Professor Coordenador com nomeação definitiva.

Contactos: jorge.faria@esg.ipsantarem.pt Tel +351 243 303200.

1. Habilitações académicas

Doutor em Gestão de Empresas - Universidade de Évora – 2006.

Mestre em Sistemas Sócio Organizacionais da Actividade económica – ISEG –
Universidade Técnica de Lisboa - 1995

Licenciado em Economia – ISE – Universidade Técnica de Lisboa - 1982

2. Actividade dirigente no âmbito da ESGTS e do IP Santarém

Director da ESGTS desde Maio de 2009.

Presidente do Conselho Directivo da ESGS de Julho 2006 a Maio 2009.

Presidente do Conselho Administrativo da ESGS de Julho 2006 a Maio 2009.

Membro eleito do Conselho Geral do IP Santarém desde Março 2009.

Membro do Conselho Consultivo de Gestão e do Conselho para a Avaliação e
Qualidade do IP Santarém desde Maio 2009.

Gestor do Centro de Informação Europe Direct de Santarém desde Janeiro
2009. Mandato de três anos.

Membro do Conselho Científico da ESGS do IP Santarém desde Setembro
1996.

Membro eleito da Assembleia de Escola da ESGS, desde Março 2006.

Presidente do Conselho Consultivo da ESGS desde Julho 2006.

Membro do Conselho Geral e da Comissão Permanente do IP Santarém de Julho 2006 a Maio 2009.

Coordenador da área científica de Administração Empresarial e Pública desde a sua criação em 1998 a 2002 e de Setembro 2005 a Outubro 2006.

Membro da Comissão Coordenadora do Conselho Científico desde o seu início.

Membro da Direcção da Rede Ibérica de Formação para o Terceiro Sector.

3. Actividade docente

Desde Abril 2009, Professor Coordenador com nomeação definitiva da área científica de AEP, na ESGTS do IP Santarém.

De Outubro 1991 a Abril 2009, Professor Adjunto², com nomeação definitiva desde Setembro 1999, na *ESGS/IPS*.

Professor convidado da Universidade de Évora (2008) no mestrado de Gestão de Empresas, edição de Luanda.

Membro da comissão do curso de Pós-graduação/Mestrado em Gestão de Empresas desenvolvido em parceria com a U Évora, desde Junho 2007.

Membro da comissão de curso do curso de Pós-graduação em Gestão de Organizações de Economia Social. Desde Junho 2007.

Coordenador do curso de licenciatura de Administração Pública e Autárquica e do de Administração Pública.

De Maio 2002 a Junho 2005, bolseiro no âmbito do PRODEP.

Coordenador do Curso de Estudos Superiores Especializados (CESE) de Gestão Autárquica e Regional de Outubro 1997 até ao encerramento.

4. Outras funções no âmbito da ESGTS e do IP Santarém

Coordenador e participante em grupos de trabalhos e júris no âmbito da actividade académica, responsáveis, nomeadamente pela elaboração de

² De Outubro de 1991 a Setembro de 1996 como equiparado.

propostas de 2º ciclo em Gestão de Empresas e em Gestão Pública, de adequação do curso de Licenciatura Bietápica em Administração Pública, de pós-graduação em Gestão Pública, de pós-graduação em «e-Liderança em ambientes de ensino colaborativos», de licenciatura em Administração Pública e Autárquica, do estudo sobre as cooperativas de consumo em Portugal, etc.

Membro do comité científico e presidente do comité organizador do V Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social, Julho de 2009.

Orientações de teses: 1 tese de doutoramento (proposta), 15 teses de mestrado e 9 teses de licenciatura.

Arguência de teses: 4 teses de mestrado e várias teses de licenciatura

Nomeado perito por parte da DGES-MCTES.

5. Actividade profissional anterior à ESGTS

Director de Pessoal - Renova SA. (1989-1992)

Chefe de Divisão de Recursos e Aprovisionamentos – Portugal Telecom – Santarém. (1987-1989)

Chefe de Divisão de Pessoal – Rodoviária Nacional – Torres Novas (1985-1987)

Técnico de Planeamento e Controlo de Gestão – RN – Lisboa. (1979-1985)

Consultor e gestor de empresas.

6. Publicações e comunicações

Publicações: 2 teses, 1 livro, 1 capítulo de livro e cerca de 36 artigos ou outras publicações.

Comunicações apresentadas: 15 comunicações em eventos internacionais e 27 em eventos nacionais

O Curriculum vitae completo encontra-se em documento próprio e integrante do processo de candidatura.

Santarém, 13 de Novembro de 2009.

IPS